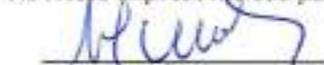


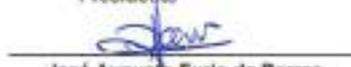
APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS
Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2017 e 2016

(Valores em Reais)	NE	2017	2016
RECEITAS		7.270.230,11	7.610.067,10
SEDE ADMINISTRATIVA		1.924.292,04	2.781.026,98
Transporte e Alimentação - CEDI São Paulo		313.974,17	324.474,23
Captação de Recursos		311.397,57	310.149,31
Doações		99.908,70	82.652,29
Outros Recursos		19.886,10	6.538,63
Receitas Financeiras		1.003.857,45	1.894.504,31
Créditos Nota Fiscal Paulista		95.198,77	88.308,21
Trabalho Voluntário	12	80.069,28	74.400,00
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.335.249,25	4.110.931,21
Associados Mantenedores		4.224.406,65	4.012.635,09
Associados Colaboradores		56.054,00	56.434,76
Valores de Terceiros		54.788,60	41.861,36
SAÚDE			
Receitas com Saúde - Vinhedo	10	1.010.688,82	718.108,91
DESPESAS		7.469.724,17	7.658.877,94
SEDE ADMINISTRATIVA		1.840.951,61	2.102.477,52
Pessoal		441.400,53	448.029,29
Despesas Administrativas		471.787,64	422.067,76
Impostos e Taxas		4.153,80	2.389,55
Depreciação		9.027,24	9.411,77
Despesas Financeiras		598.944,51	872.233,70
Transporte/Alimentação de Aprendizes - SP		315.637,89	340.964,96
Perdas com Obras de Arte		0,00	7.380,49
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.399.281,01	4.519.288,76
Programas de Atendimento Direto	10	4.000.870,60	4.081.694,07
Pessoal		2.598.032,88	2.806.693,02
Despesas de Programas		700.846,85	802.203,35
Despesas Administrativas		505.710,31	475.099,75
Impostos e Taxas		5.681,49	4.654,24
Depreciação		190.560,88	192.562,75
Despesas Financeiras		38,19	480,96
Programa de Atendimento Indireto	10	398.410,41	437.594,69
SAÚDE			
Programa de Promoção à Saúde	10	1.229.491,65	1.037.111,66
Pessoal		671.794,01	766.508,63
Despesas de Programas		245.184,10	170.626,97
Despesas Administrativas		99.109,53	86.139,86
Impostos e Taxas		770,18	1.069,43
Depreciação		12.620,84	12.641,09
Despesas Financeiras		12,89	125,68
DÉFICIT		-199.494,06	-48.810,84

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis


Arnaldo Casarzan
CPF: 056.514.888-20
Presidente

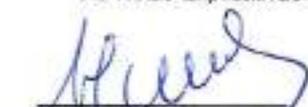

Valter Gregio Junior
CPF: 213.462.528-74
CRC/SP 1SP245208/O-3


José Augusto Furio de Barros
CPF: 045.254.018-69
Gerente Administrativo/Financeiro

APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016
Método Indireto (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Déficit do Exercício	-199.494,06	-48.810,84
Depreciação	212.208,96	211.171,91
Amortização	0,00	3.443,70
Déficit do Exercício Ajustado	12.714,90	165.804,77
Acréscimo (Decréscimo) do Ativo Circulante		
Contas a Receber	-1.009,00	60.788,59
Adiantamentos	57.252,00	15.584,75
Valores de Terceiros	-118,90	226,40
Despesas a Amortizar	-182,29	-3.408,49
Captações e Vendas	-6.307,78	-14.663,00
Total	49.634,03	58.528,25
Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulante		
Contas a Pagar	51.805,89	5.897,45
Obrigações Sociais e Fiscais	-2.095,49	9.241,44
Obrigações Diversas	-1.415,12	4.151,65
Provisões Trabalhistas	24.024,36	-24.980,29
Doações e Auxílios a Aplicar	558.182,00	0,00
Total	630.501,64	-5.689,75
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	692.850,57	218.643,27
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	6.582,40	26.381,55
TOTAL	6.582,40	26.381,55
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	686.268,17	192.261,72
Saldo Inicial	2.176.498,08	1.984.236,36
Varição do Exercício	686.268,17	192.261,72
Saldo Final	2.862.766,25	2.176.498,08

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Ariovaldo Cavarzan
CPF: 056.514.688-20
Presidente


Valter Gregio Junior
CPF: 213.462.528-74
CRC/SP 1SP245209/O-3


José Augusto Furio de Barros
CPF: 045254.018-69
Gerente Administrativo/Financeiro

APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS

Balancos Patrimoniais em 31/12/2017 e 2016

(Valores em Reais)

ATIVO	NE	2017	2016	PASSIVO	NE	2017	2016
CIRCULANTE		2.983.326,08	2.346.691,94	CIRCULANTE		1.014.810,60	384.308,96
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4	2.763.498,19	2.176.498,08				
Caixa		4.000,00	4.000,00	Provisões Trabalhistas	6	260.815,76	236.791,40
Bancos conta movimento		20.553,95	5.566,86	Obrigações Diversas		3.283,81	4.698,93
Bancos - Recursos com Restrição		558.182,00	0,00	Contas a Pagar	7	116.057,58	64.251,89
Aplicações Financeiras		262.018,70	416.973,58	Obrigações Sociais e Fiscais	8	76.471,45	78.566,94
Mercado Mobiliário		1.918.743,54	1.749.957,64	Doações e Auxílios a Aplicar		558.182,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER		219.827,89	170.193,86	NÃO CIRCULANTE			
Contas a Receber		601,00	1.610,00				
Adiantamentos		207.325,47	150.073,47	Provisão para Contingências	13	120.000,00	120.000,00
Valores de Terceiros		320,00	438,90				
Captações e Vendas		8.355,22	14.663,00				
Despesas a amortizar		3.226,20	3.408,49				
NÃO CIRCULANTE		10.335.091,34	10.540.717,90	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	12.183.606,82	12.383.100,88
Imobilizado	5	10.335.091,34	10.540.717,90	Patrimônio Social		3.233.746,65	3.251.421,69
				Déficit Acumulado		-168.358,26	-17.675,04
				Ajustes de Avaliação		9.118.218,43	9.149.354,23
TOTAL DO ATIVO		13.318.417,42	12.887.409,84	TOTAL DO PASSIVO		13.318.417,42	12.887.409,84

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



Azevêdo Cavarzan
CPF: 056.514.688-20
Presidente



José Augusto Furio de Barros
CPF: 045254.018-69
Gerente Administrativo/Financeiro

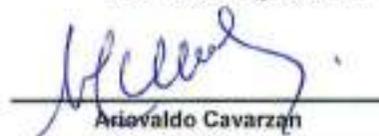


Valter Gregio Junior
CPF: 213.462.528-74
CRC/SP 15P245209/O-3

APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2017 e 2016

(Valores em Reais)				
	Patrimônio Social	Avaliação Patrimonial	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2015	4.313.373,44	9.180.490,03	-1.061.951,75	12.431.911,72
Apropriações	(1.061.951,75)		1.061.951,75	0
Déficit do Exercício			(48.810,84)	(48.810,84)
Realização de Avaliação		(31.135,80)	31.135,80	-
Saldos em 31/12/2016	3.251.421,69	9.149.354,23	-17.675,04	12.383.100,88
Apropriações	(17.675,04)		17.675,04	-
Déficit do Exercício			(199.494,06)	(199.494,06)
Realização de Avaliação		(31.135,80)	31.135,80	-
Saldos em 31/12/2017	3.233.746,65	9.118.218,43	-168.358,26	12.183.606,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


 Ariovaldo Cavarzan
 CPF: 056.514.688-20
 Presidente


 Valter Gregio Júnior
 CPF: 213.462.528-74
 CRC/SP 1SP245209/O-3


 José Augusto Furio de Barros
 CPF: 045254.018-69
 Gerente Administrativo/Financeiro

ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS - APABEX

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

(Valores expressos em Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS - APABEX – é uma sociedade civil de caráter assistencial e sem fins lucrativos, fundada em 15.08.1985 pelos funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A. e de suas empresas e entidades ligadas, com duração por prazo indeterminado e sediada à Praça Monteiro dos Santos n.º 43 – Vila Mariana – São Paulo – SP, com Título de Utilidade Pública Estadual e Municipal, Registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

A APABEX tem por finalidade promover a inclusão da pessoa com deficiência, direcionando seus esforços à excelência do atendimento especializado, por meio de programas de moradia assistida, oficinas pré-profissionalizantes, colocação no mercado de trabalho, orientação, prevenção, saúde, educação e demais ações voltadas à causa, inclusive através de ajuda financeira complementar, sem distinção de raça, cor, idade, sexo, condição social, credo religioso ou filiação político partidária. A APABEX presta assistência a pessoas com deficiência independentemente de contraprestação pelo assistido ou seus responsáveis. Os programas de atendimento são realizados de forma continuada, permanente e planejada e estão assim estruturados:

- I. Programas tipificados como Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Resolução 109 do CNAS. Atendimento Direto realizado nas unidades de São Paulo (Centro Especializado de Desenvolvimento e Inclusão) e Vinhedo (Comunidade Apabex). São desenvolvidas atividades de: Preparação para o Trabalho (Oficinas de Artesanato e de Emprego Apoiado), Espaço de Convivência, Informática, Música, Teatro, Dança, Educação Física, Oficina de Cidadania e Orientação Psicológica aos aprendizes e suas famílias.
- II. Programa tipificado como Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, de acordo com a Resolução 109 do CNAS. Atendimento Direto realizado na unidade de Vinhedo denominado Programa de Residência. São acolhidos jovens e adultos com deficiência, cuja permanência junto à família esteja inviabilizada devido ao envelhecimento ou morte dos pais ou impossibilidade de convivência com outros responsáveis legais. Objetiva proporcionar condições para a manutenção da saúde física e mental dos residentes, restabelecer vínculos familiares e/ou sociais e a convivência comunitária.
- III. Programa Social de Apoio Familiar – Projeto Próprio de Atendimento Indireto. Através de equipe multidisciplinar realiza discussão de casos, visitas domiciliares, orientações quanto à dinâmica familiar, encaminhamento a médicos e outros profissionais, a escolas, clínicas e hospitais. Mediante estudo sócio econômico proporciona ajuda financeira complementar a fim de garantir assistência especializada.
- IV. Programa de Promoção à Saúde – Atendimento Direto realizado na unidade de Vinhedo através da prestação de serviços na área da saúde realizado por equipe técnica multidisciplinar composta por médico, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, educador físico, nutricionista e atendentes que desenvolvem ações integradas e complementares visando a promoção e proteção à saúde do deficiente intelectual para uma melhor qualidade de vida.



Um espaço para
cuidar e incluir

A Entidade possui os seguintes principais títulos e certificados, e, conseqüentemente a isenção das Contribuições Sociais:

Título de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.255 de 16 de setembro de 1992, com validade até 30 de novembro de 2019.

Título de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 37.070 de 19 de julho de 1993, com validade até 12 de julho de 2018.

Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS) nº 655/2012, conforme resolução 686 de 25/03/2013 publicada no Diário Oficial do município em 16/04/2013, com validade indeterminada.

Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Vinhedo - SP (CMAS) do Programa Espaço de Convivência, datado de 11 de dezembro de 2014, conforme comprovante de Inscrição de Serviço, de nº 31-s, com validade por tempo indeterminado.

Atestado de Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme processo 28010.003355/94-22 deferido em sessão realizada no dia 31 de julho de 1995.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado pela Resolução nº 07 de 03 de fevereiro de 2009 do CNAS, na forma do artigo 37 da Medida Provisória nº 446 de 07 de novembro de 2008, com validade até 12 de julho de 2011. Atualmente o CEBAS está sob o controle do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O pedido de renovação foi protocolado tempestivamente em 11 de janeiro de 2011. Em 28 de janeiro de 2016 o Ministério da Saúde abriu diligência para análise dos requisitos da área da saúde. A Apabex protocolou, tempestivamente, ofício com os documentos solicitados. Novo pedido de renovação foi protocolado tempestivamente em 07 de julho de 2016, uma vez que, caso deferido o pedido de renovação anterior, teria validade até 11 de julho de 2016 de acordo com a nova legislação – Lei 12.868/2013.

No entanto, em 01 de setembro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 89 do MDSA, a qual no seu artigo 2º, item 9, indeferiu a renovação do CEBAS. A Apabex interpôs recurso, tempestivamente, em 03 de outubro de 2016, e está aguardado a decisão do respectivo Ministério. Segundo a opinião dos consultores jurídicos as chances de perda do processo são possíveis.

O CEBAS proporcionou uma renúncia fiscal, dos últimos cinco anos, como segue:

ANO (Valores originais em R\$)

2013	658.638,20
2014	637.476,20
2015	692.638,87
2016	761.938,28
2017	750.238,27

2 – APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, cuja emissão foi autorizada pelos Administradores em 15/03/2018, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002(R1) - Entidades sem finalidade de lucro, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e a legislação específica para Entidades Filantrópicas.



apabex

Um espaço para
cuidar e incluir

A legislação da filantropia - Lei nº 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868 de 15/10/13 dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. O Decreto nº 8.242 de 23/10/14, que regulamenta a Lei nº 12.101, alterada pela lei 12.868 de 15/10/13 para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação - As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração do superávit (déficit) do exercício - As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. As receitas são apuradas através de comprovantes de cobrança, avisos bancários, recibos e outros. As despesas são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

c) Uso de estimativas - A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade prepare estimativas e adote premissas que podem afetar o valor de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes, assim como os valores de receitas e despesas. As contas que usualmente requerem estimativa são provisão para devedores incobráveis, vida útil estimada do imobilizado e provisão para contingências. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. As estimativas e premissas são revisadas anualmente.

d) Instrumento financeiros - Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa - Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras - São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Mercado Mobiliário - Referem-se a aplicações em ações em bolsa de valores, atualizadas pela cotação de mercado na data do balanço (valor justo), tendo como contrapartida o resultado do exercício.

Ativo imobilizado - Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de avaliação contabilizada com base em laudo emitido por peritos, portanto custo atribuído. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil remanescente dos bens.

Redução ao valor recuperável - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade fez uma análise detalhada dos bens do ativo imobilizado, concluindo que os custos registrados e as taxas de depreciação estão adequados não sendo necessária qualquer provisão para perdas ou ajuste do valor contábil e taxas de depreciação.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões - As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Áreas de atuação - A atividade preponderante da entidade está relacionada à Assistência Social. A atuação na área da Saúde corresponde a atividades complementares tais como fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e geriatria. A segregação de receitas e despesas destas atividades é feita através de centro de custos específicos. A segregação patrimonial não é feita porque a entidade considera que o eventual patrimônio relacionado à atividade de Saúde não é relevante.

Renúncia Fiscal - Devido a alteração nas normas de contabilidade, a Entidade passou a não mais contabilizar a renúncia fiscal.

Trabalho Voluntário - Os trabalhos voluntários são quantificados com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base no salário mínimo vigente. O valor do trabalho voluntário é registrado na receita e despesa, no centro de custo da Sede Administrativa.

Rateio - As despesas de pessoal e administrativas da Sede são rateadas para os programas com base nos seguintes critérios:

- do total das despesas de pessoal da Sede são rateados 50% deste valor na proporção que cada programa assistencial representa na somatória das despesas de pessoal dos programas.
- do total das despesas administrativas da Sede são rateados 30% deste valor na proporção que cada programa assistencial representa na somatória das despesas administrativas dos programas.

4 - EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	4.000,00	4.000,00
Bancos Conta Movimento	20.553,95	5.566,86
Fundos	262.018,70	416.973,58
Ações Petrobrás	1.051.117,44	962.870,64
Ações Vale	867.626,10	543.743,00
Ações Gerdau	0,00	243.344,00
Bancos-Recursos com Restrição	558.182,00	0,00
TOTAL	2.763.498,19	2.176.498,08

A Administração mantém um volume de recursos aplicados no mercado em ações como reserva financeira para eventuais reduções de receitas, principalmente com relação à queda de arrecadação com associados. Durante o exercício de 2017 houve aumento do valor de mercado das ações, o que foi determinante para a diminuição do déficit anual.

O valor de R\$ 558.182,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e oitenta e dois reais), classificado na conta Bancos – Recursos com Restrição, corresponde ao patrocínio da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., através do Instituto CCR (interveniente anuente), ao projeto Capacitação de Consultores em Emprego Apoiado aprovado pela Portaria 1.241 de 30 de novembro de 2017 do Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS PCD.

5 – IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO (taxa de depreciação)	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	2017	2016
			LÍQUIDO	LÍQUIDO
Terrenos	8.420.000,00		8.420.000,00	8.420.000,00
Construções 4%	4.552.176,29	2.757.405,87	1.794.770,42	1.976.857,70
Equipamentos de Informática (20%)	99.814,35	96.165,09	3.649,26	5.608,02
Equipamentos de Telefonia (10%)	20.873,81	20.873,81	-	-
Instalações (10%)	396.076,13	372.755,51	23.320,62	28.360,20
Máquinas e Equipamentos (10%)	145.045,63	127.090,28	17.955,35	19.255,79
Móveis e Utensílios (10%)	206.571,50	187.565,25	19.006,25	20.376,43
Veículos (10%)	222.346,65	167.221,69	55.124,96	67.664,24
Equipamentos Projeto Saúde (25%)	9.475,15	8.210,67	1.264,48	2.595,52
TOTAL	14.072.379,51	3.737.288,17	10.335.091,34	10.540.717,90

A movimentação do imobilizado é como segue:

	2017	2016
Saldo Inicial	10.540.717,90	10.725.508,26
Adições	6.582,40	26.381,55
Depreciação	212.208,96	211.171,91
SALDO FINAL	10.335.091,34	10.540.717,90

6 – PROVISÕES TRABALHISTAS

	2017	2016
Salários e Direitos Trabalhistas	3.170,94	1.745,27
Provisões de Férias	236.371,75	215.639,00
Encargos sobre Provisões de Férias	21.273,07	19.407,13
TOTAL	260.815,76	236.791,40

7 – CONTAS A PAGAR

	2017	2016
Sede	64.506,02	29.130,79
Vinhedo	51.551,56	35.120,90
TOTAL	116.057,58	64.251,69

8 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2017	2016
ISS retido a recolher	2.266,51	1.512,68
PIS s/ Folha a recolher	3.324,21	4.318,29
IRRF s/ Folha a recolher	16.367,50	16.608,81
IRRF s/ serviços profissionais a recolher	481,65	409,30
FGTS a recolher	26.317,03	28.802,46
INSS a recolher	23.284,45	22.957,49
INSS s/ serviços profissionais a recolher	2.301,92	2.325,60
PIS/COFINS/CSLL a recolher	1.647,60	1.094,98
IRRF s/ autônomos	0,00	56,88
Contribuição Sindical a recolher	0,00	100,00
Contribuição Assistencial a Recolher	480,58	380,45
TOTAL	76.471,45	78.566,94

9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos Superávits e Déficits ocorridos.

Os Recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

10 – PROGRAMAS

A Entidade executou os seguintes programas:

Assistência Social – Gratuidades	2017	2016
ATENDIMENTO DIRETO	4.000.870,60	4.081.694,07
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade		
<ul style="list-style-type: none"> Centro de Desenvolvimento e Inclusão – São Paulo 41 atendimentos/mês (45 em 2016) Comunidade APABEX – Vinhedo (Programa Espaço de Convivência) 18 atendimento/mês (13 em 2016) 	1.305.905,60	1.132.067,94
	386.583,78	400.500,84
Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade		
<ul style="list-style-type: none"> Comunidade APABEX – Vinhedo (Programa de Residência) 29 atendimentos/mês (26 em 2016) 	2.308.381,22	2.549.125,29
ATENDIMENTO INDIRETO		
Projeto Próprio de Atendimento Indireto		
<ul style="list-style-type: none"> Programa Social de Apoio Familiar 41 atendimentos/mês (48 em 2016) 	398.410,41	437.594,69

Saúde – Gratuidade	Receitas	Despesas
Programa de Promoção à Saúde – Vinhedo 47 atendimentos/mês (39 em 2016)		
2017		
Gratuidade apurada: 218.802,73 (21,65% da receita anual)	1.010.688,82	1.229.491,55
2016		
Gratuidade apurada: 319.002,75 (44,42% da receita anual)	718.108,91	1.037.111,66

Os Programas de Assistência Social são gratuitos e totalizaram um custo de R\$ 4.000.870,60(R\$ 4.081.694,07 em 2016).

O Custeio das despesas de transporte e alimentação, que não fazem parte do escopo das atividades do Programa de São Paulo, foi parcialmente coberto pela participação espontânea dos usuários. No ano de 2016 foi gasto o montante de R\$ 315.637,89(R\$ 340.964,96 em 2016) com tais despesas, frente a uma participação de R\$ 313.974,17 (R\$324.474,23 em 2016).



apabex

Um espaço para
cuidar e incluir

No Programa de Promoção à Saúde realizado na Comunidade Apabex em Vinhedo, a Entidade aplicou o valor de R\$218.802,73 (R\$319.002,75 em 2016) em gratuidade, correspondente a 21,65% (44,42% em 2016) da receita anual do exercício, contemplando assim o disposto na Portaria 834 de 26 de abril de 2016 do Ministério da Saúde.

As Gratuidades são apuradas dentro do sistema contábil, mantendo um Centro de Custo para cada Programa, considerando-se todos os grupos de contas de Despesas: de Pessoal, de Programas, Administrativas, Impostos e Taxas, Depreciação e Financeiras. Estes atendimentos são suportados por recursos próprios da entidade.

A Administração considera que a segregação da contabilidade em patrimônio específico de cada atividade (Assistência Social e Saúde) não é necessária devido a irrelevância do patrimônio relacionado à saúde.

11 – RENUNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos, objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)

CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

QUOTA PATRONAL DO INSS

A contribuição da Quota Patronal do INSS no valor de R\$ 750.238,27 (R\$ 761.938,28 em 2016) corresponde a 26,80% da folha de pagamento.

A contribuição da COFINS no valor de R\$ 698,36 (R\$ 672,00 em 2016) corresponde a 3% da receita com a venda de produtos.

A contribuição ao PIS – Programa de Integração Social, no valor de R\$ 28.675,16 (R\$ 28.164,75 em 2016) que corresponde a 1% da folha de pagamento, vem sendo recolhida normalmente.

12 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário é contabilizado na Receita, tendo como contrapartida as Despesas Administrativas no centro de custo da Sede.

Atividade	2017	2016
Diretoria Executiva	64.572,00	60.000,00
Conselho Fiscal	2.582,88	2.400,00
Conselho de Administração	12.914,40	12.000,00
Total	80.069,28	74.400,00

13 - CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos consultores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:

X
S

- Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena

No exercício de 2015 a entidade recebeu três reclamações trabalhistas que estão sendo discutidas na justiça. Segundo o prognóstico dos consultores jurídicos, duas tem risco provável de perda e uma remota. A Administração da entidade, baseada nas informações dos consultores jurídicos, decidiu provisionar R\$ 120.000,00 de contingências para fazer face ao risco de perda dos referidos processos trabalhistas.

Conforme Processo 0016203-82.2010.8.26.0100 que tramita na 12ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central da Comarca desta Capital, a Entidade, como legatária, tem a expectativa de receber o saldo existente na conta 1.000.290-7, junto ao Bradesco S.A., Agência 3450-9, Rua Domingos de Moraes, 1164 Vila Mariana, nesta Capital, no valor de R\$ 42.074,46 (quarenta e dois mil, setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), valor original e sem correção.

14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado.

15 – SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrirem eventuais riscos e perdas sobre os ativos.

16 – IMUNIDADE

Em 30/09/2009 o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, negou seguimento ao último recurso interposto pela União, de modo que encerrou-se o processo com desfecho favorável à Entidade no sentido de que não há incidência de impostos sobre rendimentos financeiros auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável, afastando-se, portanto, a incidência do art. 12 parágrafo 1 da lei 9.532/97.



Ariovaldo Cavarzan
C. P. F. 056.514.688 – 20
Diretor Presidente



Valter Gregio Junior
C. P. F. 213.462.528-74
C.R.C./SP 1SP245209/O – 3



José Augusto Furio de Barros
C. P. F. 045.254.018 – 89
Gerente Administrativo/Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS - APABEX

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Pais Banespianos de Excepcionais – APABEX (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Pais Banespianos de Excepcionais – APABEX em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à Entidades sem Fins de lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A certificação das entidades beneficentes de assistência social deve ser renovada periodicamente de acordo com a legislação vigente. Conforme destacado na nota explicativa nº 1, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foi indeferida e a entidade entrou



com recurso administrativo junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, recurso este, ainda não julgado.

Segundo a opinião dos consultores jurídicos as chances de êxito são possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída nas Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

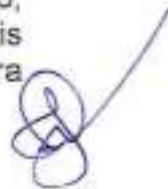
Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para



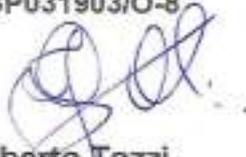
fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2018

TOZZI AUDITORIA E CONSULTORIA CONTABIL - EIRELI
CRC – SP031903/O-8



José Alberto Tozzi
CRC – 1SP119315/O-0

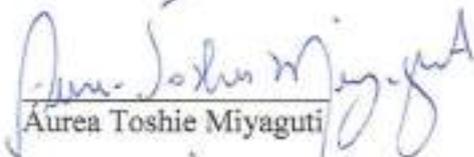
À
DIRETORIA EXECUTIVA DA APABEX

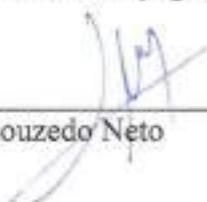
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Apabex – Associação de Pais Banespianos de Excepcionais, após examinarem as Demonstrações Contábeis e Financeiras e o Balanço Patrimonial findo em 31 de Dezembro 2017, aprovam as Contas da Diretoria Executiva ora apresentadas.

São Paulo, 15 de Agosto de 2018.


Antonio Davantel


Aurea Toshie Miyaguti


José Souza Neto